

## SENTIDO, VERDADE E ARGUMENTAÇÃO

DANILO MARCONDES

(PUC - Rio de Janeiro)

Em tempos pós-modernos, em que um dos debates mais centrais da filosofia se dá entre os herdeiros da modernidade iluminista e aqueles que a declaram superada, nada tão oportuno quanto uma discussão acerca dos conceitos de sentido, verdade e argumentação, especialmente na presença de Oswald Ducrot, autor da **semântica argumentativa**, uma das principais e mais influentes contribuições à discussão destes conceitos. Sem pretender propriamente uma análise das teorias de Ducrot, proponho uma discussão de alguns dos principais temas de sua obra em uma perspectiva filosófica mais ampla.

Gostaria de começar por um exame da própria noção de **argumentação**, talvez uma das noções mais centrais de nossa tradição não só por suas relações com a filosofia, a ciência, mas também com a política e a prática jurídica, e até mesmo de forma mais ampla com a cultura. Nossa própria concepção de racionalidade, desde a científica até a jurídica está estreitamente vinculada à capacidade de argumentar.

A tradição filosófica grega inaugura a posição segundo a qual tudo pode ser dito, tudo pode ser afirmado, desde que quem faça a afirmação esteja preparado e se disponha a apresentar seus argumentos e desde que estes argumentos sejam aceitáveis. Isto nos leva de imediato à questão: sob que critérios um argumento é considerado aceitável? A argumentação pressupõe assim um quadro de racionalidade segundo o qual determinados argumentos podem ser considerados válidos. Os casos extremos destes argumentos, em cuja formulação os gregos foram exímios mestres, são o paradoxo, a *reductio ad absurdum* e a contradição.

É necessário, portanto, inicialmente, distinguir, em sua origem, dois sentidos básicos de argumentação, a partir da questão sobre qual a função da argumentação. Podemos dizer precisamente que, segundo Ducrot, a argumentação se caracteriza como **diretiva**, como uma forma de conduzir o interlocutor a algo, esta seria sua força ilocucionária. Estes dois sentidos, ou funções são respectivamente, (a) provar, demonstrar, estabelecer verdades, ou produzir certezas, e (b) persuadir, convencer, ou produzir consenso. Isto equivale na tradição clássica, à busca, pelo discurso, de uma verdade única. Importa, portanto, discutir quais as condições de produção desta verdade. É neste momento que na filosofia grega se dá o confronto entre a **filosofia**, diria mesmo a **metafísica** e a **sofística**.

Temos então a oposição entre, por um lado, a **concepção sofística** de uma argumentação retórica visando persuadir, convencer, gerar um consenso como forma essencialmente política de superação do conflito, desde a sua origem arcaica na assembléia de guerreiros<sup>1</sup>, que torna possível a convergência de posições e a ação coordenada, e, por outro lado, a **concepção dialética** socrática e posteriormente metafísica, platônica e aristotélica, visando estabelecer uma verdade única, universal e necessária, definitiva e, em última análise, indiscutível. A retórica é *téchne*, arte; a dialética e a lógica fundam a *episteme*, ciência.

Segundo os filósofos, a retórica é arbitrária, não se funda no conhecimento, mas apenas em uma manipulação do discurso, permitindo com que aquele que não tem compromisso com a verdade, que não a conhece ou não a defende, triunfe no debate. Aristóteles, em suas **Refutações Sofísticas**, acusa os sofistas de empregarem argumentos defeituosos, os *sofismas*, de cometerem falácias argumentativas. Portanto, a partir daí, deste ataque à sofística, torna-se necessário estabelecer os princípios da **argumentação válida**.

Esta proposta de sistematização da argumentação inspira-se no modelo matemático, mais precisamente geométrico, da demonstração, em que se busca encontrar os princípios básicos, ou *axiomas*, que servem de ponto de partida e as regras de derivação de conclusões válidas a partir destes princípios, as inferências, por meio das quais passo de uma proposição a outra até alcançar a conclusão. Temos, no entanto, o seguinte problema: os princípios básicos da argumentação se estabelecem necessariamente em um momento anterior à própria argumentação, não podem ser demonstrados, dependem assim de um consenso pré-argumentativo. Os escolásticos medievais expressavam esta questão através do famoso preceito: *contra negantes principii non est disputandum* (contra aqueles que negam os princípios não se pode discutir). Aristóteles mantinha que estes princípios derivavam-se da metafísica, isto é, do próprio real, de sua determinação ontológica, sendo apreendidos por intuição, por um ato de apreensão intuitiva.

A dificuldade de estabelecimento destes princípios aponta para os limites da argumentação, para os limites da lógica como teoria da dedução e da inferência, da articulação das proposições no discurso e, sobretudo, como paradigma para a argumentação discursiva.

Gostaria de ilustrar esta questão através de um breve exame de um texto bastante representativo desta questão, **What the turtle said to Achilles**<sup>2</sup>, de Lewis Carroll. Carroll imagina os dois personagens centrais do célebre paradoxo de Zenão (Aquiles e a tartaruga) em um diálogo acerca da Primeira Proposição, ou Axioma, de Euclides (o assim chamado princípio da transitividade). Vamos examinar brevemente a parte central deste diálogo. Diz a Tartaruga:

- Bem, vejamos uma pequena parte do argumento naquela Primeira Proposição. Só as duas primeiras etapas e a conclusão que se tira delas. Tenha a bondade de anotar no seu caderninho. E, para facilitar as coisas, vamos chamá-las de A,B e Z:

---

<sup>1</sup> Segundo M.Detienne, *Os Mestres da Verdade na Grécia Arcaica*, Rio, Jorge Zahar Ed. 1988.

<sup>2</sup> Ver *Revista Aquiles, Ensaios de Análise Filosófica*, nº 1, agosto de 1984, Porto Alegre, págs.5-8.

(A) Duas coisas que são iguais a uma terceira são iguais entre si.

(B) Os dois lados deste triângulo são iguais a um terceiro.

(Z) Os dois lados deste triângulo são iguais entre si.

Os leitores de Euclides admitirão, suponho, que Z se deduz logicamente de A e B, e portanto que qualquer um que tenha aceito A e B como verdadeiro deve aceitar Z como verdadeiro, certo?

Ao que Aquiles responde:

- Sem a menor dúvida! Qualquer menino de curso secundário, assim que se inventarem os colégios, o que não ocorrerá antes de dois mil anos, admitirá isso.

E a Tartaruga continua:

- E se algum leitor não tivesse aceito ainda A e B como verdadeiros, ele poderia aceitar, penso eu, a seqüência lógica como válida, ou não?

Responde Aquiles:

- Não há dúvida de que tal leitor poderia existir. Ele poderia dizer: Aceito como verdadeira a Proposição Hipotética de que se A e B são verdadeiros, Z deve ser verdadeiro; mas não aceito A e B como verdadeiros.

- E não poderia haver também algum leitor que dissesse: Aceito A e B como verdadeiros, mas não aceito a Proposição Hipotética?, pergunta de novo a Tartaruga.

- Certamente poderia. Ele também faria melhor em ir cuidar de futebol, é a resposta de Aquiles.

- E nenhum desses leitores - continuou a Tartaruga - é forçado até aqui, por qualquer necessidade lógica, a aceitar Z como verdadeira, não é assim?

- Inteiramente certo, concordou Aquiles.

- Bem, vamos dizer que você me considere um leitor da segunda espécie, e que me obrigue, logicamente, a aceitar Z como verdadeiro.

- Então eu tenho que obrigá-lo a aceitar Z, não é? - disse Aquiles pensativamente - E sua posição atual é a de que aceita A e B, mas não aceita a Proposição Hipotética...

- Vamos chamá-la de C - disse a Tartaruga.

- ... mas não aceita:

(C) Se A e B são verdadeiros, Z deve ser verdadeiro.

- Essa é a minha posição atual.

- Nesse caso tenho de lhe pedir que aceite C.

- Eu o farei - disse a Tartaruga - desde que você tenha anotado isso nesse caderninho [...] escreva o que vou ditar:

(A) As coisas que são iguais a uma terceira são iguais entre si.

(B) Os dois lados deste triângulo são coisas que são iguais a uma terceira.

(C) Se A e B são verdadeiros, Z deve ser verdadeiro.

(Z) Os dois lados deste triângulo são iguais entre si.

- Você deveria chamar este último de D, e não Z - disse Aquiles - Ele vem logo depois dos outros três. Se você aceita A e B e C, deve aceitar Z.

- Por que devo?

- Porque se deduz logicamente deles. Se A e B e C são verdadeiros, Z deve ser verdadeiro. Você não vai contestar isso, não é mesmo?

- Se A e B e C são verdadeiros, Z deve ser verdadeiro - repetiu pensativamente a Tartaruga. - Esta é outra Proposição Hipotética, não é? E se eu não conseguisse ver a

verdade desta proposição, poderia aceitar A e B e C e, ainda assim, não aceitar Z, poderia?

- Poderia - admitiu honestamente o herói - embora tal obtusidade fosse, com certeza, fenomenal. Em todo o caso, a coisa é possível. Portanto lhe peço para admitir mais uma Proposição Hipotética.

- Muito bem. Estou pronta para fazê-lo, desde que você a tenha anotado. Vamos chamá-la de (D) Se A e B e C são verdadeiros, Z deve ser verdadeiro. Já anotou no seu caderninho?

- Já! - exclamou Aquiles jovialmente, enquanto colocava a caneta dentro do estojo. - E aqui chegamos ao fim de nossa corrida imaginária! Pois se você aceita A e B e C e D, é claro que aceita Z.

- Aceito? - disse a Tartaruga com ar inocente. - Vamos deixar as coisas claras. Aceito A e B e C e D. Mas, e se eu ainda recusar a aceitar Z?

- Então a Lógica lhe pegaria pelo gasnete e lhe forçaria a aceitar - replicou Aquiles com ar de triunfo. - A Lógica lhe diria: Agora não tem mais jeito. Pois se você aceitou A e B e C e D, você tem de aceitar Z!" Portanto, você não tem saída, entendeu?

- Qualquer coisa que a Lógica me diga é digna de ser anotada - disse a Tartaruga - Portanto, escreva aí no caderno, por favor. Chamaremos esta proposição de (E) Se A e B e C e D são verdadeiros, Z deve ser verdadeiro. Até que eu tenha admitido esta proposição, é claro, não preciso admitir Z. Portanto, esta é uma etapa necessária, entende?

- Entendo - disse Aquiles e havia um acento de tristes em sua voz.

Nesse ponto o narrador, tendo negócios urgentes a resolver foi forçado a deixar o feliz par e só pode voltar ao mesmo ponto alguns meses depois. Ao fazê-lo, Aquiles estava ainda sentado no dorso da paciente Tartaruga, anotando no seu caderno de apontamentos, já todo rabiscado. A Tartaruga estava dizendo: "Já anotou esta última etapa? A menos que eu tenha perdido a conta, é a milésima primeira. Ainda tem vários milhões pela frente.

Este texto é bastante ilustrativo de nossa questão na medida em que discute a argumentação lógica como uma forma de nos levar a aceitar algo de modo irrecusável, questionando esta força diretiva da argumentação; mais precisamente procurando mostrar o quanto é problemática a base desta força, a **necessidade lógica** ("a lógica lhe pegaria pelo gasnete", "você não tem saída", diz Aquiles; mas, é claro, a Tartaruga encontra sempre uma saída!). A pergunta que nos cabe formular é então: que **necessidade** é esta, como nos constrange a algo? Em especial, o que parece ser problematizado é a lei da transitividade, a base mesma da inferência, o que nos faz passar de uma proposição a outra. A estratégia da Tartaruga é provocar o regresso ao infinito através da exigência de se acrescentar sempre proposições intermediárias entre uma proposição e outra, que expressem precisamente que esta transição deve ser feita, mas que são sempre inevitavelmente de natureza hipotética.

Diante deste impasse, revelado por esta crítica ao modelo lógico de argumentação, o que nos resta? Pode-se preservar a noção de argumentação? Creio que essas considerações nos levam à constatação de que a possibilidade de argumentar, de realizar inferências, de articular proposições no discurso produzindo certos efeitos e

levando a determinados fins ou objetivos, depende essencialmente de um quadro geral de racionalidade em que esta argumentação se dá. Esta racionalidade consiste na verdade em um conjunto de crenças, hábitos, práticas, valores, interesses que tornam possíveis e aceitáveis determinadas articulações e não outras. Isto permite com que se entendam diferenças nestes modos de articulação discursiva que o modelo lógico formal não revela. É só a consideração deste quadro que permite compreender, interpretar estes argumentos. A análise crítica do discurso consiste na possibilidade de tematização e explicitação deste quadro e de suas relações com o discurso; mas, por isso mesmo, nenhuma análise é conclusiva, definitiva, já que jamais podemos supor que esta explicitação tenha sido feita de modo completo ou exaustivo. Há sempre lugar para novas descobertas, para novas explicitações.

É isso que torna possível, no texto de Carroll, a Tartaruga ao mesmo tempo questionar a noção lógica de argumento e, contudo, ainda assim, “argumentar” com Aquiles.

Passamos então a uma concepção de argumentação não conclusiva, que não visa fundamentar ou legitimar a conclusão de um processo inferencial, não visa mais uma certeza ou uma verdade única. Há uma multiplicidade ou pluralidade de verdades produzidas argumentativamente e o que **me leva** a certas conclusões, o modo como a linguagem me conduz, depende basicamente do fato de que compartilho estas crenças e pressupostos e visto determinados efeitos possíveis dadas certas condições - enquanto sujeito lingüístico, falante de uma língua exercendo seus papéis lingüísticos e sociais.

Porém, isso não significa que não se possa realizar uma análise sistemática da argumentação discursiva, já que encontramos **critérios** de validade e **condições** de realização de inferências discursivas, e quanto a isso se destaca a contribuição de Ducrot. Portanto, há sempre algo que é possível/permitido e algo que é impossível/vedado. Há regras e princípios que podem ser analisados e explicitados.

Abandonamos a noção de **necessidade** lógica, a pretensão a verdades definitivas, mas um **constrangimento** permanece e é o que torna possível a argumentação, sem cairmos no aleatório, no arbitrário, no “vale tudo”. Retomando o ponto inicial, a diferença fundamental está em que a pretensão filosófica, e mesmo metafísica, inicial de estabelecimento de uma verdade conclusiva, definitiva, é uma pretensão no fundo de encerrar a argumentação. Como diz Aquiles, “aqui chegamos ao fim de nossa corrida imaginária”. Enquanto que com base em uma concepção de argumentação discursiva, a comunicação deve prosseguir sempre, argumentar é um processo infundável, que não se encerra com nenhuma verdade final.

O **irrecusável** que os primeiros lógicos e metafísicos tentaram estabelecer como o **princípio de não-contradição** aristotélico ou as **inferências** estóicas baseadas em um modelo de relações causais, não consiste nisso - em regras lógicas que nos constroem por força de sua natureza lógica. O irrecusável que se manifesta nas relações estabelecidas pela argumentação discursiva é o horizonte cultural em que nos situamos sempre: nosso **solo** comum, mais **horizonte** do que solo dado o caráter móvel e aberto do horizonte. Analisá-lo criticamente significa explicitar seus elementos constitutivos, tomar consciência de seus pressupostos.

É o que nos diz Wittgenstein em **Sobre a Certeza (On Certainty)**:

§ 253 Nos fundamentos de crenças bem fundamentadas encontramos crenças sem fundamentos.

§ 105 Todo teste, toda confirmação ou refutação de hipóteses acontece já sempre no interior de um sistema. Porém este sistema não é um ponto de partida mais ou menos arbitrário ou duvidoso de todos os nossos argumentos, mas consiste na essência do que consideramos “um argumento”. O sistema não é tanto o ponto de partida, mas o elemento em que argumentos adquirem vida.

O que importa então é considerarmos argumentos como algo que têm vida.